

ESBOÇO DE UMA BIBLIOTECA SONORA

por MARIA FERNANDA C. DE BRITO

Bibliotecária-chefe da Biblioteca Pública Municipal do Porto

RESUMO: A A., sublinhando a crescente importância do bibliotecário perante as novas concepções de serviço (nascidas, entre outras causas, da «explosão de literatura» e crescente exigência dos leitores, em qualidade e rapidez da resposta às suas consultas) refere os novos conceitos mundiais que afectam ainda mais o trabalho do técnico de biblioteconomia: a) a educação permanente; b) os planos nacionais de leitura; c) o direito ao trabalho.

Aponta, depois, um dos meios de disseminação de informação que auxilia os cegos e os diminuídos físicos a conquistarem os graus académicos ou a cultura que os possibilitem a participar activamente no mercado do trabalho: a Biblioteca Sonora.

The A. underlines the increasing importance of the librarians rôle in connection with new ideas of service, which, amongst other causes, spring from the flood of publications and the increasing quality and speed required by readers in replies to their requests for information. She goes on to refer to the new concepts which affect the librarian's work: a) the continuous education; b) national plans for public reading; c) the right to work.

She then points out one of the means — The talking Book Department — of disseminating information to help the blind and the physically handicapped to gain academic degrees or the education that will enable them to take an active part in the man-power labour market.

1.

No decorrer do Colóquio de Viena que, em 1958, reuniu na capital austríaca os representantes de 34 bibliotecas de 25 estados europeus, o director e bibliotecário-chefe do Museu Britânico fez a seguinte afirmação:

«A concepção dos serviços que cabem às bibliotecas evoluiu a tal ponto nestes últimos 25 anos — e, em especial, a partir do início da II Guerra Mundial — que as bibliotecas nacionais têm hoje o imperioso dever de re-examinar a situação que ocupam na colectividade e de determinar em que medida podem dar satisfação às necessidades existentes.»

Que diferença de «concepções de serviço» será essa a que se referia o director do Museu Britânico? Se a biblioteca continua a ser a instituição que reúne, salvaguarda, prepara e põe à disposição do consulente os meios de transmissão do conhecimento e do labor humano, que

alterações surgiram? E se as alterações não incidiram sobre o que se entende por «biblioteca», então onde recaem? No bibliotecário? No leitor?

Quer parecer-nos que num e noutra embora mais no bibliotecário que no leitor. Este dispondo, por um lado, de menor tempo para investigações por conta própria — necessariamente morosas e nem sempre coroadas de pleno êxito — e, por outro, vendo-se a braços com uma «explosão de literatura» que lhe não permite a consulta directa e pessoal de todo o material que lhe interessa, recorre cada vez mais ao técnico de biblioteconomia a quem exige o livro exacto ou a informação exacta — e no momento exacto.

As suas necessidades não aumentaram — quer os dados específicos de que necessita para o trabalho específico que pretende realizar. O que aumentou foi o material onde esses dados se podem colher — e daí o virar-se para o bibliotecário de quem espera a solução total dos seus problemas. Verdade seja dita, também, que nem sempre sabe reconhecer a prontidão e proficiência dessa resposta. De resto, mal que não é nacional nem sequer peninsular, pois ainda recentemente li este desabafo de uma bibliotecária inglesa no decorrer de um curso sobre «Perspectivas de biblioteconomia especializada» realizado em Ealing em 1968. Dizia ela: «Ainda me lembra a surpresa com que um jovem engenheiro, ao agradecer-me uma lista bibliográfica da especialidade que eu lhe coligira, exclamou: «Nem um engenheiro teria feito melhor!» Ora um engenheiro — nunca seria capaz de coligir tais dados!»

Sobre o bibliotecário ⁽¹⁾, pois, é que recai a maior responsabilidade dessa mutação de «concepções de serviço» que, no fundo, é o que marca a diferença entre a biblioteca dita clássica e a biblioteca moderna.

Alertado para uma série de problemas e concepções actuais — na sua maioria nascidos ou desenvolvidos após a 2.^a Guerra Mundial — o bibliotecário, consciente do papel que à sua biblioteca cabe, necessita de ir ao encontro das novas exigências do leitor (exigências em que, nesta era de velocidade, se destaca a da rapidez e proficiência da resposta informativa) socorrendo-se dos novos meios que o desenvolvimento técnico põe ao seu dispor.

Surgem aqui, então, os chamados serviços de extensão bibliotecária que, porém, se podem encarar por dois prismas. Ou, no sentido restrito, consistem em desenvolver o tipo da organização respondendo o melhor possível às necessidades de um serviço consciente — isto é,

(1) Transcrevemos aqui a definição que B. J. Perry, Senior Officer do Office for Scientific and Technical Information, deu de «bibliotecário» e de «Biblioteconomia» na lição que proferiu no Curso de Aperfeiçoamento de Biblioteconomia para estrangeiros, realizado pelo British Council em Sheffield em 1966: «Tomamos o termo Biblioteconomia no seu mais lato sentido, incluindo todas as profissões que cresceram e se desenvolveram em redor do problema da informação científica e que arvoram os títulos de «Informador Técnico», «Informador Científico», «Cientista Informador», «Bibliotecário Especializado» e «Documentalista» pois que todos estes em conjunto com os bibliotecários profissionais que trabalham no campo científico, pretendem atingir um só e mesmo objectivo: fazer rodar o mecanismo da informação científica com um máximo aproveitamento. Por isso considero não só como indesejável mas até impossível separar um dos outros». (SAUNDERS, W. L., ed. lit. — *Librarianship in Britain Today*. London, The Library Association, 1967, p. 150).

dando resposta, tão exacta, precisa e rápida quanto possível, a pedidos formulados — ou antecipando-se a esses pedidos e alargando o seu âmbito de acção a pontos de tornar o edifício da biblioteca central, ou das suas sucursais, o próprio fulcro da vida intelectual e artística da região que serve, organizando, então, ciclos de conferências, concertos, projecções de filmes, audições de música gravada, colóquios, exposições, desenvolvendo actividades infantis, coligindo elementos da história local, promovendo representações teatrais, etc.

Digamos, em jeito de resumo, que na primeira destas atitudes o bibliotecário responde a um estímulo exterior — os pedidos ou as necessidades do seu público leitor — enquanto que no segundo caso o bibliotecário se antecipa a esse público-leitor pondo ao seu serviço meios cada vez mais perfeitos e evoluídos de atenderem as suas consultas.

Falamos atrás de conceitos ou problemas que à 2.^a Guerra Mundial deveram senão a sua eclosão pelo menos a sua premência. Dentre esses conceitos e problemas permitimo-nos destacar, como os que mais afectam o bibliotecário e a sua instituição, os seguintes:

- a) a educação permanente
- b) os planos de leitura nacional
- c) o direito ao trabalho

Vejamos em que consiste cada um destes conceitos e em que medida podem afectar — e afectam — as bibliotecas e os seus técnicos.

A «educação permanente», segundo a definição da UNESCO, «deve ter por objectivo facilitar a realização completa da personalidade humana e incitar cada indivíduo a assumir plenamente os seus deveres como membro da sociedade». Ora «as bibliotecas, ricas de experiência e de tradições, organizadas muitas vezes em função de conceitos intelectuais estreitamente ligados ao ensino e à investigação, podem desempenhar, graças às suas colecções de livros e de materiais áudio-visuais, um importante papel na educação permanente.» (1)

Pelos «planos nacionais de leitura» ou planos de leitura pública, pretende-se que os governos, do mesmo modo que procuram oferecer meios gratuitos de instrução, ponham também à disposição do país meios gratuitos de leitura. Isto é, uma vez vencida a barreira do analfabetismo, «viciar» o homem na leitura do livro. A propósito se refere que os governos latinos prevêem certas dificuldades na prossecução deste plano porquanto a psicologia latina relaciona sempre o livro com a obrigatoriedade escolar — e não gostando, como não gosta de «obrigações», acabado que seja o seu tempo de escolaridade compulsiva, renega do livro como símbolo de uma obrigação de que se libertou.

Pelo «direito ao trabalho» reconheceu-se que — em especial a partir da 2.^a Guerra Mundial e de resultados de investigações levadas a efeito por organismos como o War Manpower

(1) *Bibliothèques publiques et éducation permanente*. Colloque de Namur. 24-29 Octobre 1966. «Bulletin des Bibliothèques de France», Paris, 13(1) Mar. 1968, p. 1.

Commission — aos deficientes físicos e aos cegos se não pode negar o que se concede a todo o Homem: o direito à instrução, ao trabalho e à vida.

Não serão estes três conceitos os totais responsáveis pelas novas «concepções de serviço» referidas atrás, mas, em parte, do seu estudo e da sua aplicação nascem, para a biblioteca e seu técnico responsável, um alargamento de campo de actividade e uma extensão de acção bibliotecária que tornam a actual biblioteca — ainda que utilizando, como base, o mesmo material das suas congéneres de antanho — bastante diferente da biblioteca clássica. Diferente, repetimo-lo, no modo de agir. Igual no plano a satisfazer e no fito a atingir: servir o melhor e o mais amplamente possível o seu utente.

2.

Remontam a 1921 as primeiras tentativas, a nível mundial, e sob responsabilidade da Organização Internacional do Trabalho, de estabelecimento de medidas protectoras dos inválidos, segundo consta de um relatório sobre o emprego obrigatório dos inválidos da guerra.

Após um longo período de indiferença ou desconhecimento dos problemas dos diminuídos físicos, os princípios de segurança e justiça social vieram lançar uma nova luz sobre este candente problema que se reveste de aspectos igualmente importantes, quer sob o ponto de vista social e económico, quer sob o ponto de vista humano.

O século xx, com as suas fulgurantes conquistas técnicas, arrastou no seu enalço um assustador «processo infortunístico» (1) nascido do somatório de variadas circunstâncias dentre as quais destacaremos:

- a) aumento de acidentes ligados à mecanização e ao ritmo da vida moderna;
- b) conflitos militares;
- c) «guerra» das estradas;
- d) acção nociva de determinados agentes físicos ou químicos existentes na atmosfera do trabalho;
- e) industrialização crescente das economias nacionais.

Postos perante a crueza dos números, não deixaremos de nos sobressaltar quando verificamos que, mercê das causas atrás apontadas, há em todo o mundo uma percentagem ascensional de diminuídos físicos — conclusões a que organismos, como a OIT, se veem forçados a chegar (mau grado a notória falta de estatísticas mundiais bem estruturadas) quando deparam com informações como esta: no Canadá, por 15 milhões de habitantes, há um milhão de incapacitados; nas Filipinas, 25% da população é diminuída física; em França, os acidentes, em 1952, subiram de 25 para 30%, acarretando uma perda anual de, mais ou menos, 80 milhões de horas

(1) POLICARPO, João Francisco de Almeida — *Prevenção de acidentes de trabalho e reforma da empresa*. «Estudos Sociais e Corporativos», Lisboa, 1(2) Abr. 1962.

de trabalho. Em Portugal, segundo números citados no decorrer do I Congresso Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais, houve, entre 1958 e 1962, um número de acidentes de trabalho de que resultaram cerca de 150 mil diminuídos físicos, com mais de 18 milhões de dias-de-trabalho perdidos (1).

Estas as razões que levaram o nosso país (que, até 1961, estivera poupado às consequências decorrentes dos conflitos armados) a, desde 1954, debruçar-se atentamente sobre tão magno problema, para ele estudando as soluções mais adequadas, socorrendo-se para tanto, e não raras vezes, da experiência estrangeira.

É que nestes últimos anos — e mantendo ainda de parte os problemas derivados da guerra que nos é movida no Ultramar — o país atravessa um período em que se chocam duas poderosas forças. Por um lado, uma forte corrente migratória abate anualmente aos quadros nacionais um considerável número de trabalhadores, especializados ou não. Por outro, a curva ascensional de industrialização do país exige cada vez maior número de trabalhadores que as empresas se veem forçadas a recrutar entre mulheres, adolescentes e pessoal não especializado, — tanto mais que a ausência no Ultramar dos nossos rapazes que cumprem o seu dever militar reduz ainda mais o já diminuto número de trabalhadores em potência —. Ora aqueles operários (em especial se não passaram, primeiro, pelos Centros de Formação Profissional Acelerada) são muito permeáveis ao acidente.

A estas circunstâncias haverá que aduzir algumas considerações para que melhor se aquilate da importância — diremos *vital* — de que se reveste, para a sobrevivência nacional, o aproveitamento da mão-de-obra de diminuídos físicos não atingidos no foro psíquico.

Em primeiro lugar referiremos que a incidência máxima de acidentes de trabalho recai sobre a população cuja idade oscila entre os 15 e os 45 anos — portanto, indivíduos em plena vitalidade. Com as pensões, tratamentos médicos e encargos derivados do absentismo, sobem a verbas astronómicas as despesas arcadas pelos governos, companhias seguradoras e empresas particulares, daí decorrentes.

De seguida mencionaremos que há a considerar que a duração média da vida humana, sofreu um positivo acréscimo. Em Portugal, por exemplo, a taxa de mortalidade por 1 000 habitantes desceu de 20,34 em 1900, para 10,76 em 1960.

A estes factores aduziremos, por fim o prolongamento da escolaridade média da juventude que sofreu, também, um notório acréscimo.

O conjunto destas circunstâncias dá como resultado uma redução no número dos indivíduos válidos que compõem o grupo dos membros economicamente activos da comunidade — e, por consequência, um aumento de encargos «per capita».

(1) TAVARES, João Rueff de Magalhães — *A Prevenção e as Companhias Seguradoras*. In: *I Congresso Nac. de Prevenção de Acidentes de Trab. e Doenças Profissionais. Tema D — Organização Jurídico-social da prevenção. Comunicações*. Lisboa, Junta da Acção Social, 1965 (policopiado).

Se, porém, e mercê de circunstâncias que exijam até um empate mais ou menos vultoso de capitais, se conseguir aumentar esse número de indivíduos activos, obteremos como resultado imediato uma subida no potencial económico da Nação e na sua curva de produtividade, e como resultado mediato um acréscimo no rendimento colectável com concomitante redução no montante de subsídios atribuídos à população não-productiva.

Chega-se, portanto, à conclusão de que as somas investidas na reabilitação dos fisicamente diminuídos acaba por ser um acertado investimento de capital com larga compensação — humana e económica — ainda que a longo prazo.

Convém agora determinar com a possível exactidão qual o âmbito e significado do conceito «reabilitação».

Segundo a definição adoptada pelo National Council on Rehabilitation no decorrer do Simpósio de Nova Iorque (1942), reabilitação é o «restauro do indivíduo incapacitado até um máximo possível, nos seus aspectos físico, mental, social, profissional e económico». A reabilitação exige, portanto, a colaboração de uma equipa em que participem médicos, terapeutas, assistentes sociais, psicólogos, professores, consultores profissionais e... bibliotecários, muito embora estes fossem os grandes esquecidos, por exemplo, na ainda de recente data «Semana de estudos sobre problemas relacionados com os cegos e a cegueira», na qual não houve lugar para os técnicos de biblioteconomia...

Partindo-se da premissa exposta pelo dr. Álvaro Andrea⁽¹⁾ de que «o fundamental ao Homem Deficiente não é o que lhe falta mas sim o que possui», e ainda da afirmação feita por um outro ilustre clínico de Recuperação, o dr. Rogério Ribeiro, de que «no diminuído físico o problema é apenas de espaço, havendo que suprir-lhe a falta de mobilidade no espaço físico com um alargamento do espaço intelectual», havemos de concluir que às bibliotecas cabe, neste momentoso problema, um papel a desempenhar. A seguir exporemos algumas achegas sobre um serviço especial de biblioteca — a Biblioteca Sonora — que, quando bem estruturado e convenientemente equipado em material como em pessoal, muito pode ajudar à valorização intelectual do diminuído físico ou do cego.

3.

Foi no decorrer de um Curso de Actualização de Técnicas Biblioteconómicas organizado pelo British Council em Londres e Sheffield no ano de 1966 que, pela primeira vez, tivemos uma curta oportunidade de ver a funcionar um Departamento de Livro Falado para Cegos na biblioteca Central de Manchester.

Entusiasmadas com as potencialidades deste serviço, que, desde logo, achamos deveria ser extensivo não apenas a cegos mas aos diminuídos físicos e aos grandes imobilizados,

(1) ANDREA, Álvaro de Carvalho — *O Problema social dos deficientes*. «Cadernos de Serviço Social», Lisboa, 3(11 e 12) Jul.-Dez. 1959.

procurámos junto da nossa entidade patronal — a Câmara Municipal do Porto — autorização (que obtivemos) de pedir à benemérita Fundação Calouste Gulbenkian uma bolsa de estudo que nos habilitasse a estagiar 3 meses no Royal National Institute for the Blind, em Londres — a instituição britânica congénere da ONCE espanhola.

Durante esse estágio, que decorreu há precisamente dois anos, e só foi possível graças ao interesse que a Fundação Gulbenkian — a quem endereçamos os nossos agradecimentos — demonstrou desde logo, mais se nos arreigou no espírito a convicção de que a montagem entre nós de uma organização semelhante (cujos pesados encargos materiais e humanos reconhecemos) possibilitaria, com o novo meio difusor de informações, o acesso dos cegos e diminuídos físicos a cursos médios e superiores que, doutro modo e por razões de vária ordem, não poderiam frequentar.

Não faltarão quem contraponha a esta sugestão de Biblioteca Sonora uma acérrima defesa dos núcleos em Braille. Quere-nos parecer, porém, que haverá um certo exagero em tal defesa porquanto longe de se contrariarem ou antagonizarem as bibliotecas Braille (ou Moon) e Sonoras serão complementares. Isto para não falar nos casos, extremos talvez, mas existentes, de cegos amputados ou de cegos tardios, incapacitados de aprender leitura táctil, quer pela dificuldade de que tal leitura se reveste, quer até pela perda de sensibilidade nas polpas dos dedos como sucede a todos os trabalhadores manuais.

Vejamos, porém, e a traços muito largos, a orgânica do Royal National Institute for the Blind que, à semelhança da ONCE, não é departamento governamental nem está nacionalizado, muito embora receba poderoso apoio das autarquias locais, de órgãos governamentais e da generosidade pública.

O RNIB, organismo criado há 102 anos para protecção e valorização do cego, possui, entre outros departamentos, a sua Biblioteca. Mas nesta podemos considerar duas subdivisões: a secção que contém apenas obras em Braille ou em Moon — e que conta com cerca de 30 mil volumes — e a secção de Livro Falado onde, como o nome o diz, as obras são *ouvidas* em vez de lidas.

Esta secção do Livro Falado, ou Biblioteca Sonora, foi criada em 1935 tendo atravessado sucessivas fases de melhoramento. Com efeito, durante os seus primeiros anos de existência as obras eram gravadas em discos de acetato o que não só expunha o material a graves riscos derivados de um manuseio menos hábil e ao desgaste das espiras por contínua audição, como só era acessível aos cegos que possuíssem gira-discos. Estes graves inconvenientes levaram uma firma inglesa, que a estes assuntos se tem dedicado atentamente, a estudar outra forma de produção do Livro Falado, chegando então à «cassette» que surgiu em 1960. Para audição dessas «cassettes» dispunha-se de um semi-portátil aparelho designado por MARK I que o RNIB alugava ao ano a cegos devidamente inscritos nos seus serviços.

A mesma firma, levando mais longe ainda o aperfeiçoamento do seu aparelho, lançou há cerca de 3 anos um novo modelo, o MARK IV, que tem sobre o anterior várias vantagens: é mais leve, mais pequeno, mais fácil de manobrar, faz rebobinagem a alta velocidade e não

corre o risco de desgravar as fitas, além de que as «cassettes», mais leves também, contêm 8 pistas graváveis em que (embora reservando a 1.^a e a 8.^a para índices) se consegue, nas 6 restantes, cerca de 12 horas de gravação — a duração de um livro médio.

Houve já quem argumentasse desfavoravelmente contra esta «cassette» pelo facto de ela ser específica de um único modelo de aparelho de audição. Mas esta característica tem a sua razão de ser. Tal como a ONCE, também o RNIB consegue da parte da Sociedade de Autores ou a total abolição dos direitos de autor das obras que grava ou o pagamento simbólico de £ 1 de direitos. Logo, a maneira que tem de salvaguardar os interesses dos autores que assim abdicam das quantias que teriam a receber é garantir a esses mesmos autores que as obras que eles cedem graciosamente só aos cegos beneficiarão pois as «cassettes» que gravam só nos aparelhos que o Instituto aluga aos seus beneficiários podem ser ouvidas.

Vejam agora quais as obras de que o RNIB dispõe. São elas de dois géneros: ou meramente recreativas (novelas, romances, divulgação histórica, etc.) ou de estudo. As primeiras são escolhidas e seleccionadas por uma comissão de membros do Instituto que procede a sondagens junto dos seus beneficiários, de editores, de livreiros, e se socorre de críticas literárias fidedignas. A sua leitura é feita por profissionais (na sua quase totalidade locutores ou actores da BBC), à razão de 1 xelim por minuto útil de fita gravada e a gravação é executada nos estúdios do próprio Instituto e directamente sobre fita magnética de 1 polegada. Diga-se de passagem que é de primeira qualidade a gravação obtida embora — e ao contrário do que sucede na sede da ONCE em Madrid que dispõe de soberbas instalações — as cabinas de som sejam muito improvisadas. É que enquanto a ONCE em Madrid ocupa um edifício propriedade sua expressamente construído para tal, o RNIB está instalado — e mal instalado — em andares alugados de edifício que nunca foi destinado a estúdio de som.

As bobines de fita de 1" são, depois, remetidas para as oficinas do Instituto — já fora de Londres — onde, num aparelho apuradíssimo (o duplicador a alta velocidade, tipo 762) a fita matriz que contém 12 horas de gravação é copiada em 12 «cassettes» com fita de 1/4", num curtíssimo espaço de tempo: 20 minutos.

Depois seguem-se as operações de rotina: remessa pelo correio para o cego beneficiário que, uma vez ouvida a obra, devolve a «cassette» à origem, pelo correio, e com isenção de taxas ou selos.

O processamento sofrido pelas obras de estudo é, porém, muito diferente e sobre ele nos deteremos um pouco mais por ser o que de maior interesse imediato se reveste para nós e para o projecto que temos em mente.

Há, para tratar dos assuntos de alunos cegos, uma secção especial adentro do departamento sonoro do RNIB. Designado pelo nome de Students' Tape Library, destina-se a atender, exclusiva e especificamente, os pedidos dos leitores cegos que frequentem escolas superiores. Estes alunos, como de resto todos os restantes colegas visuais, recebem do professor orientador uma bibliografia das obras básicas para o curso que frequentam. Remetem-na então para a bibliotecária do STL que, no caso de não possuir ainda nenhum desses títulos na fitoteca que já

possui, trata de os adquirir e de envidar todos os esforços para a preparação urgente da respectiva fita gravada — operações estas que, mesmo sem quebras nem atrasos, demoram cerca de 3 a 4 meses.

É que na STL tudo depende de trabalho de voluntários, ou seja, de um grupo de leitores voluntários que se oferecem para, em suas casas, em gravador próprio e sobre fita magnética de 1/4» fornecida pelo RNIB, procederem à leitura das obras para estudantes. E não se julgue que é simples uma tal tarefa. Primeiro porque o nível de clareza de elocução, dicção e idoneidade que o RNIB exige ao leitor-voluntário, é de extraordinário rigor. Tem de saber ler bem, ter boa articulação e um sentido de responsabilidade que o force a cumprir a tarefa a que se obrigou voluntariamente, sem um desfalecimento e sem um atraso, como se de emprego remunerado se tratasse. (Em parêntesis, sublinharemos que as dificuldades que prevíamos para a utilização de um serviço deste género entre nós, portugueses, já se depararam à ONCE que se viu forçada a dispensar tal voluntariado por falta de cumprimento por parte dos leitores). Além dessas qualidades, o RNIB ainda espera dos seus leitores um conhecimento bastante completo do assunto versado nos livros que vão ler. Não esqueçamos que a grande maioria dos livros didácticos vem ilustrada com mapas, diagramas ou desenhos que o leitor visual tem de descrever com todo o rigor para que na mente do leitor invisual fique gravada a imagem correspondente.

Casos há, no entanto, de tão difícil explicação oral que se recorre, então, á reprodução desses diagramas em caracteres Braille ou Moon ou em mapas de plástico, em relevo, para melhor elucidação do leitor cego.

Se, o que também por vezes ocorre, não há dentre os leitores voluntários nenhum com as aptidões literárias imprescindíveis para a leitura de uma determinada obra, a STL recorre ao próprio mestre que indicou o livro e é este, muitas vezes, quem soluciona o problema ou por seu próprio intermédio, oferecendo-se para ler o livro durante as férias, ou indicando um aluno que o possa fazer a bem de um colega.

Recebidas as bobinas remetidas pelo leitor-voluntário, são as mesmas transpostas para uma bobina matriz de 1" já nos serviços do RNIB, a velocidade dupla da normal (7 1/2" por segundo) pois que assim o treinadíssimo técnico de som que superintende nos serviços — um invisual — faz como que a revisão do texto lido e a correcção de quaisquer das raríssimas falhas técnicas que hajam sucedido. O processamento das fitas, a partir daqui, é o mesmo do das obras recreativas. Claro que as fitas de 1/4" são então «apagadas», aguardando o momento de serem de novo remetidas para outro leitor-voluntário. Dada a superior qualidade dessas fitas a sua duração é quase ilimitada podendo ser utilizadas repetidas vezes.

Creemos de muito interesse chamar a atenção para o seguinte: quando a STL foi criada, há cerca de meia dúzia de anos, os pedidos que a pouco e pouco lhe foram presentes recaíam sobre as matérias que, regra geral, consideramos as mais viáveis para a especialização universitária de um aluno cego. Isto é, os pedidos partiam de alunos dos cursos de Psicologia, Economia, Direito, Filosofia, Sociologia, Música, Filologia, etc. Mas à medida que a STL

foi atendendo esses pedidos e foi equipando esses alunos com o material sonoro de que necessitavam para os seus cursos, os títulos e os assuntos requeridos começaram a ser gradualmente mais técnicos e a enveredar mais pelo campo das ciências puras. E de tal jeito que, durante o nosso estágio, verificámos pedidos de bibliografia sobre Electrónica, Matemáticas puras, Física e Química, Tecnologia, Agronomia, Metalurgia e, até, Construção Civil, muito embora o caso deste aluno fosse especial dado que cegara, por acidente, no meio do curso.

Alguns destes alunos têm à sua disposição, na Biblioteca Braille do Instituto, os livros de que precisam. No entanto a sua preferência pelo Livro-Sonoro é bem marcada. Entre outros argumentos indicam o de, enquanto ouvem, poderem tomar as suas notas, como se de uma aula se tratasse.

Das fitas matrizes com 1" de largura e com 8 pistas graváveis que se obtêm a partir das fitas de 1/4" com 2 pistas, claro que se não fazem tantas cópias como as que se executam para a biblioteca recreativa. Em regra executam-se apenas três: uma que segue para o aluno cego, ficando as outras duas de reserva. Se novo pedido for presente aos serviços, proceder-se-á ao envio de uma das «cassettes» sobresselentes enquanto que da outra se fazem, imediatamente, novas cópias para que haja sempre exemplares disponíveis em depósito.

O RNIB dá-se muitíssimo bem com este sistema de leitores voluntários. Antes de os incluir nas suas listas, submete-os a rigorosas provas de aptidão quer no aspecto físico (voz, dicção, etc.) quer no intelectual (especialização técnica, cultura, etc.) quer no de material (qualidade do gravador utilizado, tipo de microfone, etc.). Dá-lhes conselhos sobre o modo de melhor utilizarem os gravadores (posição relativa do microfone e do aparelho, ambiente de silêncio, isolamento do microfone, etc.). E depois exige-lhes cumprimento absoluto da tarefa para que se ofereçam. Esses preciosos colaboradores são, na sua quase totalidade, professores reformados ou inválidos que assim conservam intacto o seu elo de ligação com o mundo a que se dedicaram: o dos estudos e dos seus alunos. Pena é que entre nós, latinos, não possamos recorrer ao mesmo tipo de auxiliares para pôr em execução um tão belo programa o qual seria o de ajudar a estudar quem para tanto tem capacidade e vontade. Mas cremos que, mesmo forçados a dispensar os colaboradores grátis, algo se poderá fazer.

4.

Como e de que factores dependeria a estruturação de uma Biblioteca Sonora entre nós?

Em primeiro lugar haveria que solucionar o problema da sua localização. Regra geral, todos estes serviços de cobertura nacional se costumam fixar em Lisboa. Mas talvez não fosse desaconselhável, neste caso, uma descentralização de modo a que se deslocasse para outra cidade, que não Lisboa, ou para outra Biblioteca, que não a Nacional, a instalação do serviço-sede — mau grado as excelentes possibilidades com que a nossa primeira biblioteca conta no seu belo imóvel do Campo Grande.

Seguir-se-ia a resolução de outros dois problemas muito espinhosos, quais fossem, o de pessoal e de material de montagem.

Quanto a pessoal, o mínimo indispensável constaria de um bibliotecário, um catalogador, um escriturário-dactilógrafo, um contínuo (ou um servente), um técnico de som e um auxiliar de técnico de som. Ao todo, 6 funcionários.

Quanto a instalações, necessitar-se-ia de um mínimo de 2 cabinas de som, 1 sala para o bibliotecário e catalogador — sala esta onde ainda se poderia proceder à montagem das obras —, 1 sala-depósito que se utilizasse como fitoteca e como secretaria dos serviços e uma dependência, para os maquinismos subsidiários e peças sobresselentes, que servisse também de oficina. Ao todo 5 dependências, no caso de se não dispor senão de serviço de audição domiciliária ou, na hipótese de se proporcionar audição in-loco, mais uma sala — esta de maiores proporções — subdivisível em compartimentos pequenos que actuassem como pequenos gabinetes de audição. Estas dependências deveriam, de preferência, situar-se no rés-do-chão do imóvel onde viessem a instalar-se e viradas para as traseiras ou para pátios interiores do edifício. Evitar-se-iam assim as dificuldades de acesso aos inválidos (pois, se alguns degraus houvesse que vencer, neles se instalaria uma rampa para as cadeiras de rodas, segundo as normas distribuídas pelo Ministério das Corporações) e os ruídos da rua, sempre perturbadores e muito mais sensíveis no caso especial dos leitores-cegos.

Por último referiremos o material. Num orçamento prévio feito pela fábrica fornecedora dos aparelhos utilizados no RNIB, para se servirem 200 leitores, e com aparelhagem de gravação de categoria *B* (que difere do material *A* apenas no número de «cassettes» e no tempo gasto em as preparar) mais os maquinismos indispensáveis (que incluíam 1 200 «cassettes», microfones, copiadores, unidades de controle, etc.) empatar-se-iam cerca de 750 mil escudos. Este orçamento, porém, além de se reportar a Julho de 1969, foi estudado à base do aparelho *B* de reprodução de «cassettes» que só dará plena satisfação numa biblioteca que atenda a um escasso número de pedidos. No caso de se querer estudar a cobertura do território nacional com um serviço desta natureza, o sistema *B* é insuficiente, havendo que o substituir pelo sistema *A*, mais veloz e mais completo.

Como já atrás ficou referido, a Biblioteca-Sonora do RNIB na Grã-Bretanha só responde a pedidos de alunos universitários. Em Espanha não sabemos se ocorre o mesmo.

Entre nós, porém, haveria, talvez, mais vantagem e mais viabilidade de pôr em execução um programa desta envergadura se o considerássemos em 2 planos e em 3 fases.

O primeiro plano limitar-se-ia à cobertura do território da metrópole, onde até se encontram em maior número alguns dos possíveis beneficiários destes serviços: os feridos de guerra. Na verdade há de certeza, entre esses rapazes, alguns que gostariam de aproveitar as suas horas de hospitalização a prepararem-se para os exames de uma carreira escolar que tiveram, em certos casos, de interromper e que gostariam de terminar o mais breve possível, se para tanto lhes fossem concedidas as necessárias facilidades.

O segundo plano dos serviços alargaria o seu âmbito às províncias ultramarinas onde as Bibliotecas Nacionais da Guiné, de Angola e Moçambique actuariam como postos interm-diários na recepção de pedidos e na distribuição e recolha das «cassettes». A sede dos serviços seria aqui na metrópole onde se atenderiam os pedidos e onde ficaria sempre em depósito um duplicado da «cassette» a remeter para o Ultramar. Tanto mais que parte da bibliografia requerida para Angola ou Moçambique não seria diversa da corrente aqui na metrópole.

Para além destes dois planos, a estruturação dos serviços obedeceria a 3 fases.

Na primeira atender-se-iam, em regime de prioridade absoluta, os cegos ou deficientes que pretendessem livros contendo a matéria didáctica versada nos ensinios técnico e liceal. Ou seja, proporcionar-se-ia, antes de mais, aos alunos interessados o material indispensável para concluírem os seus cursos de liceu ou técnicos. Como grande parte dos livros utilizados nesses graus de ensino é aprovada oficialmente, não se nos anteolha nem morosa nem difícil a prossecução deste primeiro desiderato.

A segunda fase incluiria os cursos complementares e universitários. Com bibliografia mais variada, mais dispersa e mais sujeita a alterações, seria esta fase mais demorada e mais difícil. E, talvez, mais compensadora também, na medida em que ofereceria mais pronto auxílio a alunos de cursos superiores que os tivessem interrompido para cumprimento do seu dever militar e quisessem agora terminar as suas formaturas.

A terceira fase destinar-se-ia a satisfazer os anseios do cego ou do inválido sem pretensões à conquista de graus académicos. Isto é, constituiria um núcleo de livros recreativos, de leitura amena, para atender à população cega ou diminuída que gosta de ler e sente necessidade de preencher as suas muitas horas de solidude.

A realização de um plano tão vasto, ambicioso e belo como este, não pode depender nem de uma só entidade nem de uma só pessoa. Imprescindível se torna uma conjugação de esforços no mesmo sentido. Na Grã-Bretanha, sublinharam-nos, várias vezes, os riscos a que se expõe o indivíduo ou a organização de pequenas dimensões que se abalancem a um tal empreendimento. Estão condenados ao fracasso. E, pior do que o seu fracasso pessoal, estão condenados a acender uma chama de esperança naqueles que tudo esperam dessa individualidade ou dessa organização, para acabarem por se sentir cruelmente defraudados.

Há em Portugal instituições que, se trabalharem de comum acordo, podem montar uma Biblioteca Sonora de cobertura nacional. Um plano cuidadosamente estudado, com responsabilidades divididas, em que uma entidade, por exemplo, trate da aquisição da maquinaria indispensável à montagem do serviço, outra proceda ao reapetrechamento anual do material utilizado, e outra ainda tome o compromisso de manutenção dos serviços, dará como resultado — e disso não duvidamos — uma bela Biblioteca Sonora que responda aos anseios de muitos portugueses a quem traria inequívocos benefícios. Que tal acordo e tal plano se estabeleçam bem e depressa são os nossos votos e os de muitos centos de cegos e diminuídos físicos que os aguardam para melhor e mais cabalmente preencherem o lugar que, por direito próprio, lhes cabe na sociedade contemporânea.

BIBLIOGRAFIA

- ANDREA, Álvaro de Carvalho — *Para ti, trabalhadora social*. «Cadernos de Serviço Social», Lisboa, 3(11 e 12) Jul.-Dez. 1959.
- ANDREA, Álvaro de Carvalho — *O Problema social dos deficientes*. Idem, idem.
- BIBLIOTHÈQUES publiques et éducation permanente. Colloque de Namur. 24-29 Octobre 1966. «Bulletin des Bibliothèques de France», Paris. 12(1) Jan. 1967.
- BURKETT, Jack, ed. — *Trends in special librarianship*. London, Clive Bingley, 1968.
- CARLOS, Santana — *Aspectos médicos e profissionais da reabilitação de diminuídos físicos*. «Estudos Sociais e Corporativos», Lisboa, 2 (8) Out.-Dez. 1963.
- CASTRO, Albuquerque e — *O papel da família na recuperação das crianças cegas*. «Cadernos de Serviço Social», Lisboa, 3(11 e 12) Jul.-Dez. 1959.
- CONGRESSO (1) Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais. Comunicações. Lisboa, Junta da Acção Social, 1966. 5 vols. (Policopiado).
- COSTA, Maria Irene Ferreira — *Alguns Aspectos do Serviço Social na Reabilitação dos Deficientes*. «Cadernos de Serviço Social», Lisboa, 3(13) Jan.-Jun. 1961.
- JOLLIFFE, Harold — *Public library extension activities*. London, The Library Association, 1962.
- MCCOLVIN, Lionel R. — *L'extension des bibliothèques publiques*. (Manuels de l'Unesco à l'usage des bibliothèques) Paris, Unesco, 1950.
- NASCIMENTO, Fernando do — *Uma cruzada de dignificação humana*. «Serviço de Reabilitação Profissional. Caderno de Divulgação», Lisboa, (2) 1968.
- NASCIMENTO, Fernando do — *Reabilitação profissional*. «Colecção de Cadernos do Fundo de Desenvolvimento da Mão de Obra», Lisboa, (21) 1967.
- POLICARPO, João Francisco de Almeida — *Admissão obrigatória de trabalhadores na Empresa*. «Estudos Sociais e Corporativos», Lisboa, 3 (9) Jan.-Mar. 1964.
- POLICARPO, João Francisco de Almeida — *Prevenção de acidentes de trabalho e reforma da empresa*. «Estudos Sociais e Corporativos», Lisboa, 1(2) Abr. 1962.
- REABILITAÇÃO Profissional. Bases Legais. «Caderno de Divulgação n.º 1 do Serviço de Reabilitação Profissional». Lisboa, 1968.
- RECUPERAÇÃO de diminuídos físicos. (In: Ecos). «Estudos Sociais e Corporativos», Lisboa, 2(6) Abr. 1963.
- ROSÁRIO, António Martinho do — *Orientação profissional dos cegos e contribuição da psicologia para a sua formação profissional*. «Boletim do Instituto de Orientação Profissional», Lisboa, 4.ª série, 1964.
- SAUNDERS, W. L., ed. lit. — *Librarianship in Britain today*. London, The Library Association, 1967.
- SEMANA de estudos sobre problemas relacionados com os cegos e a cegueira. Conclusões. «Boletim do Instituto de Orientação Profissional», Lisboa, 4.ª série 1964.
- TACHES et problèmes des bibliothèques nationales. (Manuels de l'Unesco à l'usage des bibliothèques, 11). Paris, Unesco, 1963.
- UTILIZAÇÃO das estatísticas de acidentes de trabalho para fins de prevenção. «Estudos Sociais e Corporativos», Lisboa, (2) Abr. 1962.
- VIEIRA, José Maria — *Alguns aspectos básicos da reabilitação social de mutilados e inferiorizados físicos*. Separata de «Coimbra Médica», Coimbra, s. e., 1965.